

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO DE LEIRIA

Acordo n.º 13/2011

### Acordo de Cooperação — Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

#### Preâmbulo

Considerando a criação e o desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares, assumida como política articulada entre os Ministérios da Educação e da Cultura, consignada na publicação dos Despachos Conjuntos n.º 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro e n.º 5/ME/MC/96 de 9 de Janeiro e as directrizes definidas no Relatório Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares.

Considerando que o desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares requer um planeamento integrado a nível de agrupamento e da rede escolar local, através de uma estratégia de rentabilização e de partilha de recursos e de trabalho colaborativo entre Bibliotecas Escolares e com a Biblioteca Municipal.

O Ministério da Educação, através dos estabelecimentos de ensino, referidos no anexo I e da respectiva Direcção Regional de Educação representados, respectivamente, pelos Órgãos de Gestão e pelo Directora Regional de Educação do Centro, e a Câmara Municipal de Leiria, representada pelo seu Presidente, pretendem constituir e consolidar uma rede de bibliotecas escolares, de incidência concelhia, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares, ratificam entre si um acordo de cooperação nos termos das cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### Objecto

Constitui objecto do presente acordo de cooperação:

1.1 — A criação e o desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares no Concelho de Leiria.

#### Cláusula 2.ª

##### Objectivos da Biblioteca Escolar

1 — A biblioteca escolar deve funcionar como núcleo da organização pedagógica das escolas agrupadas e não agrupadas, constituindo um recurso afecto ao desenvolvimento das actividades de ensino e de aprendizagem, das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, das actividades extra-curriculares e de enriquecimento curricular e da ocupação dos tempos escolares.

2 — A biblioteca escolar enquadra-se num processo de mudança gradual da escola, favorecendo a afirmação de novos paradigmas e modalidades de acção educativa, reclamando a adesão e envolvimento da comunidade educativa.

3 — A biblioteca escolar contribui para a aprendizagem ao longo da vida, promovendo a consolidação de literacias fundamentais para uma sociedade baseada no conhecimento.

#### Cláusula 3.ª

##### Candidaturas

As modalidades de candidaturas para instalação e ou melhoria de bibliotecas escolares e de serviços de biblioteca são as seguintes:

a) Candidaturas de estabelecimentos de ensino público, agrupados ou não agrupados e escolas profissionais;

b) Candidaturas de estabelecimentos de ensino com contrato de associação com o Ministério da Educação.

#### Cláusula 4.ª

##### Envolvimento dos parceiros

O Ministério da Educação, através do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, compromete-se a:

1 — Disponibilizar recursos, no quadro das suas competências, de forma gradual e na sequência de candidatura nos termos definidos pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, para participação nos encargos relativos à instalação da biblioteca e de serviços de biblioteca, bem como à aquisição de equipamentos e à constituição de uma colecção de recursos documentais.

2 — Garantir a afectação de recursos humanos qualificados no quadro da legislação em vigor.

3 — Estabelecer contactos e ou parcerias com diferentes entidades promotoras de formação académica e ou contínua na área das bibliotecas escolares, conforme legislação vigente.

4 — Assegurar orientações técnicas e de coordenação e produzir instrumentos de apoio, no quadro de referência do Relatório Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares e do Modelo de auto-avaliação da Rede de Bibliotecas Escolares.

5 — Incentivar redes colaborativas de trabalho entre as diferentes bibliotecas escolares, e com a Biblioteca Municipal, a nível concelhio e interconcelhio, rentabilizando potencialidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação.

6 — Estimular a criação e consolidação de portais/plataformas digitais e de catálogos colectivos de incidência concelhia ou interconcelhia, reconhecendo a sua função educativa e informativa e o seu contributo para a gestão partilhada das colecções e a boa rentabilização de recursos.

7 — Promover a articulação e a cooperação entre as Autarquias e a Rede de Leitura Pública do Ministério da Cultura.

#### Cláusula 5.ª

##### Direcção Regional de Educação

A Direcção Regional de Educação do Centro compromete-se:

1 — Apoiar e informar o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do planeamento e desenvolvimento da rede escolar da respectiva área de abrangência, proporcionando os meios que permitam uma consolidação qualificada da rede de bibliotecas escolares.

2 — Acompanhar tecnicamente, em articulação com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, a implementação e a manutenção das bibliotecas escolares.

3 — Garantir o cumprimento das directrizes para os recursos humanos afectos às bibliotecas escolares, no quadro da legislação vigente, em cooperação com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.

4 — Assegurar a articulação logística com os Coordenadores Interconcelhios da Rede de Bibliotecas Escolares.

5 — Cooperar com os parceiros envolvidos, nomeadamente Câmaras Municipais, Bibliotecas Públicas, Associações, Fundações e outras entidades para o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares.

#### Cláusula 6.ª

##### Estabelecimentos de Ensino

Os estabelecimentos de ensino (escolas agrupadas e escolas não agrupadas) comprometem-se a:

1 — Cumprir as orientações definidas pelo Ministério da Educação, através do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, para a instalação da biblioteca escolar e de serviços de biblioteca, garantindo a afectação de recursos financeiros e a consolidação do projecto.

2 — Nomear, de acordo com o quadro normativo em vigor, os professor(es) bibliotecário(s) e uma equipa que garantam o cumprimento do conteúdo funcional e dos objectivos da biblioteca escolar.

3 — Incluir, no plano de formação das escolas, propostas na área das bibliotecas escolares que correspondam às necessidades das equipas (docentes e não docentes) das bibliotecas.

4 — Assegurar a incorporação da biblioteca escolar no projecto educativo, no regulamento interno, nos planos anual e plurianual de actividades e no orçamento da escola.

5 — Integrar a biblioteca escolar no funcionamento e objectivos educativos da escola e a avaliar os seus serviços, de acordo com os instrumentos e normas definidos pelo Ministério da Educação, através do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.

6 — Contribuir para a criação e desenvolvimento de redes de informação e de conhecimento, especificamente através da criação e manutenção de portais/plataformas digitais, e da actualização do catálogo colectivo.

7 — Estabelecer parcerias com a Direcção Regional de Educação, a Câmara Municipal, a Biblioteca Pública ou outras entidades/instituições.

#### Cláusula 7.ª

##### Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Leiria compromete-se a:

1 — Apoiar a criação de uma rede de bibliotecas escolares a nível concelhio, de acordo com o ordenamento da rede escolar, com os princípios definidos na carta educativa e garantindo o cumprimento das orientações do Ministério da Educação, através do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.

2 — Criar condições para a institucionalização do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), na Biblioteca Municipal/Biblioteca Municipal da Rede de Leitura Pública, dotando-as, de forma progressiva, dos recursos humanos e materiais necessários, visando prestar colaboração técnica especializada aos estabelecimentos de ensino. O tratamento técnico dos fundos documentais, do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e a cooperação interbibliotecas, no âmbito da partilha e

circulação de recursos documentais constituem vectores operativos desta colaboração.

3 — Equipar as escolas do ensino básico sujeitas a intervenções de requalificação, e os centros educativos com bibliotecas escolares, de acordo com os princípios e orientações da Rede de Bibliotecas Escolares.

4 — Assegurar os custos de construção, manutenção e apetrechamento das bibliotecas das escolas básicas, no quadro da transferência das competências para os Municípios e das orientações técnicas e pedagógicas do Ministério da Educação.

5 — Acompanhar o desenvolvimento das bibliotecas escolares assegurando condições de funcionamento, de manutenção dos equipamentos informáticos e de actualização periódica do fundo documental contribuindo para a melhoria da qualidade do sistema educativo.

6 — Contribuir para a criação e desenvolvimento de redes de informação e de conhecimento, especificamente através da criação e manutenção de portais/plataformas digitais, e da actualização do catálogo colectivo concelhio.

#### Cláusula 8.ª

##### Financiamento

Os custos de instalação, apetrechamento e desenvolvimento são suportados nos termos seguintes:

1 — O Ministério da Educação centralizará/assegurar, através do orçamento afecto ao Programa Rede de Bibliotecas Escolares, os custos inerentes à instalação, apetrechamento e fundo documental das bibliotecas escolares, através da aplicação de medidas orçamentais enquadradas pela legislação em vigor.

2 — O Município, no quadro das suas competências, assumirá a responsabilidade dos custos inerentes às obras de construção/adaptação, apetrechamento e manutenção dos respectivos equipamentos e do fundo documental das bibliotecas escolares do ensino básico, através da aplicação de medidas orçamentais, que contribuam para a resolução das assimetrias na prestação do serviço educativo.

3 — A Direcção Regional de Educação, no quadro das suas competências, incrementará medidas que consolidem o desenvolvimento e a qualificação das bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino da sua área de abrangência

#### Cláusula 9.ª

Sempre que ocorram alterações aos estabelecimentos de ensino integrados na Rede de Bibliotecas Escolares será actualizado o anexo I do presente acordo de cooperação.

27 de Julho de 2010.

Homólogo.

A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

Pela Direcção Regional de Educação do Centro, *Maria Helena Libório*. — Pela Câmara Municipal de Leiria, *Raul Miguel de Castro*. — Pelo Agrupamento de Escolas D. Dinis, *Fernando António Ferreira Duarte Cadima*. — Pelo Agrupamento de Escolas de Maceira, *Jorge Manuel Ruivo Bajouco*. — Pelo Agrupamento de Escolas de Marrazes, *José António Baptista de Sousa Violante*. — Pelo Agrupamento de Escolas e Jardins da Serra, *António dos Reis Oliveira*. — Pelo Agrupamento de Escolas da Rainha Santa Isabel, *Adélia Maria Leal Lopes*. — Pelo Agrupamento de Escolas da Caranguejeira, *Vitor Manuel Gonçalves Diogo*. — Pelo Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, *António Manuel Oliveira*. — Pelo Agrupamento de Escolas de José Saraiva, *Alcino Marques Duarte*. — Pelo Agrupamento de Escolas de Colmeias, *Fernando Paulo Mateus Elias*. — Pela Escola Secundária de Domingos Sequeira, *Joaquim Marques da Silva*. — Pela Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo, *Cristina Maria de Oliveira Domingues Fonseca de Freitas*. — Pela Escola Secundária de Afonso Lopes Vieira, *Luís Pedro Costa de Melo Biscaia*. — Pelo Colégio Dinis de Melo, *Fernando Cruz*. — Pelo Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, *Luís Peça*.

#### ANEXO I

##### Estabelecimentos de Ensino signatários do acordo de cooperação

Escola/ Biblioteca Escolar	Ano de integração	Mobiliário/ equipamento	Fundo documental	Obras (espaço nuclear)	Total PIDDAC	Total OE
Escola Básica de D. Dinis	1999					1.750.000 \$
	2000	2.500.000 \$	2.500.000 \$	500.000 \$	500.000 \$	5.000.000 \$
Escola Básica de Santa Catarina da Serra	2000	2.000.000 \$	2.000.000 \$	500.000 \$	500.000 \$	4.000.000 \$
Escola Básica de Marrazes	2000	2.500.000 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	1.000.000 \$	4.500.000 \$
Escola Básica da Rainha Santa Isabel	2000	2.500.000 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	1.000.000 \$	4.500.000 \$
	2006		3.000.00 €			3.000.00 €
Escola Básica de Correia Mateus	2000	2.000.000 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	1.000.000 \$	4.000.000 \$
	2006		2.500.00 €			2.500.00 €
Escola Secundária de Domingos Sequeira	1998					1.950.000 \$
	2000	1.500.000 \$	2.000.000 \$			3.500.000 \$
Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo	1999					1.750.000 \$
	2000	2.000.000 \$	2.000.000 \$	1.500.000 \$	1.500.000 \$	4.000.000 \$
Escola Secundária Afonso Lopes Vieira	2001	3.250.000 \$	1.750.000 \$	500.000 \$	500.000 \$	5.000.000 \$
Escola Básica e Secundária de Maceira	1998					1.950.000 \$
	2001	2.250.000 \$	1.750.000 \$	500.000 \$	500.000 \$	4.000.000 \$
Escola Básica de Colmeias	1999					1.500.000 \$
	2001	2.750.000 \$	1.750.000 \$			4.500.000 \$
	2006	3.000.00 €				3.000.00 €
Escola Básica Dr. Correia Alexandre	2002	9.976.00 €	6.734.00 €	3.741.00 €	13.717.00 €	6.734.00 €
Escola Básica de José Saraiva	2002	8.480.00 €	6.734.00 €	7.482.00 €	15.962.00 €	6.734.00 €
Escola Básica de Arrabalde	2000	2.000.000 \$	1.750.000 \$			3.750.000 \$
Escola Básica de Leiria n.º 1	2001	2.500.000 \$	1.750.000 \$			4.250.000 \$
Escola Básica da Cruz da Areia	2001	2.500.000 \$	1.750.000 \$			4.250.000 \$
Escola Básica de Monte Redondo	2002	9.228.00 €	8.978.00 €			18.206.00 €
Escola Básica com Jardim de Infância de Bidoeira de Cima	2003	5.000.00 €	3.500.00 €			8.500.00 €
Escola Básica de Maceira n.º 1	2005	3.340.00 €	3.000.000 €			6.340.000 €
Escola Básica de Maceirinha	2005	600.00 €	1.000.000 €			1.600.00 €
Escola Básica de Porto-Carro	2005	600.00 €	1.000.000 €			1.600.00 €
Escola Básica da Gândara dos Olivais	2010	7.200.00 €	5.500.00 €			12.200.00 €
Colégio Dinis de Melo	2010		5.000.00 €			5.000.00 €
Colégio Dr. Luís Pereira da Costa	2010		5.000.00 €			5.000.00 €